

• Finanças

ACERTO EXTERNO

27 MAI 1993

Governo brasileiro envia aos credores os parâmetros para a escolha dos bônus

por Claudia Safatle de Brasília



Pedro Malan

Juntamente com o telex que estabelece os novos parâmetros de escolha de opções do acordo externo, os cerca de novecentos bancos credores do Brasil começaram a receber, ontem, um volumoso documento que descreve como serão os mecanismos automáticos e compulsórios de reequilíbrio das opções, caso até o dia 9 de julho próximo os bancos credores não se enquadrem nos parâmetros acertados com o comitê assessor: uma escolha que não ultrapasse 40% para os bônus ao par e que não seja inferior a 35% para os bônus de desconto.

Segundo o correspondente deste Jornal em Nova York, Getulio Bittencourt, tanto o vice-presidente do conselho do Citibank, William Rhodes, quanto o ministro da Fazenda brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, disseram esperar a conclusão do plano de financiamento até o final do ano.

Esses dois instrumentos da reestruturação da dívida externa são os que demandam aporte de garantias e as opções feitas originalmente ficaram desequilibradas, com forte concentração nos bônus ao par (53,02% para a opção A e 6,64% para a opção B) e nos bônus de desconto (18,51% na opção A e 1,17% para a B).

Juntos, esses dois bônus somaram mais de 79% da dívida externa elegível. Os demais tiveram a seguinte distribuição: bônus de redução temporária de juros, 6,37%; bônus de capitalização, 10,52%; de reestruturação, 0,03%; e opção de conversão de dívida e dinheiro novo, 3,74%.

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, não quis explicar exatamente como funcionará esse mecanismo automático de rateio, alegando ser de complexa engenharia. Apenas exemplificou que se em vez de no máximo 40%, a escolha do bônus ao par for de 44%, isso significará que o comitê de bancos poderá fazer um corte automático de 10% na opção, distribuindo-a entre os outros instrumentos do acordo. Isso, grosso modo, já que não seria um corte linear.

Como os parâmetros foram acertados com o comitê, que é composto por dezenove bancos, que respondem por 40% da dívida em reestruturação, Malan disse que os demais credores — num total de quase novecentos — terão de dar suas respostas até dia 9 de julho, já que em fins de junho praticamente todos terão reuniões de diretoria.

Explicou ainda que a soma dos dois instrumentos (bônus ao par e de desconto) só poderá ser maior que 75% da dívida se a escolha pelos bônus de desconto superar os 35%, mas não se prevalecer a concentração de escolha no bônus ao par.

O comunicado assinado por Fernando Henrique Cardoso e William Rhodes informa também que Cardoso, em reunião com Rhodes e com o presidente do comitê assessor, Mike de Granffenried, na última quinta-feira, em Nova York (já como ministro da Fazenda), garantiu que "avançará rapidamente para concluir o acordo sobre o plano de financia-

mento e para alcançar um acordo com o Fundo Monetário Internacional)".

O acordo com o FMI é premissa para a conclusão do acordo com os bancos credores. Como no comunicado aos bancos credores, o Brasil solicita o adiamento da data de troca dos títulos velhos pelos bônus novos de 31 de julho para 30 de novembro; até a nova data, o governo brasileiro terá que ter concluído as negociações com o Fundo e o "board" do FMI terá que ter aprovado o acordo.

Enquanto o novo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, conduz as conversações com o Fundo Monetário, que devem tomar impulso com a vinda da missão técnica do FMI, no mês que vem, a Brasília, Malan espera estar fazendo progressos nas conversas com o BID, BIRD e com o Departamento do Tesouro norte-americano. FMI, BID e BIRD é que farão aporte de recursos para, junto com as reservas cambiais brasileiras, somarem as garantias necessárias para o bônus ao par e o de desconto.

Segue abaixo a íntegra da nota à imprensa divulgada pelo governo:

O governo brasileiro e o comitê assessor de bancos para o Brasil chegaram a um entendimento quanto aos parâmetros para o reequilíbrio das opções selecionadas pelos credores no âmbito do Plano de Financiamento de 1992 do Brasil, anunciaram hoje o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o vice-presidente do Citibank, William R. Rhodes.

De acordo com esses parâmetros, o governo solicita a seus credores que destinem, para o conjunto dos bancos, não mais que 40% de sua dívida elegível para o Bônus ao Par e não menos que 35% para o Bônus de Desconto. Em telex a ser enviado hoje (dia 26) aos credores externos do Brasil, o governo também solicita que a data de conclusão do acordo seja estendida de 31 de julho para 30 de novembro.

A distribuição atual da dívida elegível destinada por todos os credores ao Plano de Financiamento é: Bônus ao Par Opção A, 53,02%; Bônus ao Par Opção B, 6,64%; Bônus de Desconto Opção A, 18,5%; Bônus de Desconto Opção B, 1,17%; Bônus de Redução Temporária de Juros, 6,37%; Bônus de Capitalização, 10,52%; Reestruturação, 0,03%; e Opção de Conversão de Dívida/Dinheiro Novo, 3,74%.

Na quinta-feira passada, o ministro Fernando Henrique Cardoso encontrou-se em Nova York com os srs. William Rhodes e Mike de Granffenried, este último presidente do comitê de bancos com dezenove membros. Durante o encontro, o ministro ressaltou que avançará rapidamente para concluir o acordo sobre o Plano de Financiamento e para alcançar um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O ministro Fernando Henrique Cardoso e o sr. Rhodes disseram que esperam concluir o Plano de Financiamento até o final do ano.